

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E
OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE**

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) Proposta de Revisão Orçamental n.º3/2019; -----

c) Proposta de Revisão às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR) n.º 3/2019; -----

d) Proposta de ratificação da nomeação de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A. como Auditor Externo do Município de Fornos de Algodres. -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, passando de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos Manuel Andrade Costa, Rui Manuel Nunes Paulo Viçoso, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, José Aurélio Marques Veiga, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Nélito Alexandre Ferreira Sequeira, Tiago Rafael Pratas Andrade, Cristina Maria Campos Guerra, Rui Pedro Bernardo Santos, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Porfírio Simões Paraíso, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, José Joaquim dos Santos Nunes, Vítor Hugo Cardoso Dias, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltaram aos trabalhos os membros da assembleia: Fernando Carlos da Costa Melo, Ana Rodrigues Pinto, Maria João Castanheira Albuquerque e Rui Manuel Andrade Gomes. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da sessão ordinária de trinta de abril; não havendo propostas, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção. -----

----- Feita a leitura do expediente, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou a introdução da alínea e) na Ordem do Dia: “Deliberação ao abrigo da Lei n.º21/2019, de 30 de janeiro de 2019”, a qual foi aceite por unanimidade. -----

----- Passando-se ao Período Antes da Ordem do Dia, iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia João Carlos Felício questionando a posição da Câmara Municipal relativamente ao Decreto-Lei n.º57/2019 de 30 de abril, que determina a transferência de algumas competências para as Juntas de Freguesia, nomeadamente a manutenção e gestão dos espaços verdes. Referiu, também, que ao passar diariamente no eixo comercial da vila, ocorrem-lhe três palavras para o definir – pobre, triste e deprimente, espelho do estado do concelho e da governação deste executivo ao nível da captação de investimento, fixação de pessoas e criação de postos de trabalho e, nessa medida, questionou o executivo se esta situação não os preocupa. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Álvaro dos Santos questionando o Sr. Presidente da Câmara se houve alguma reunião da Associação Nacional de Municípios, uma vez que até à data nunca foi convocado para o efeito. -----

----- Interveio o membro da assembleia Aurélio Veiga reiterando o que havia dito em assembleias anteriores, ou seja, a continuarem a agir deste modo, futuramente, o concelho de Fornos de Algodres deixará de existir. Referiu que as suas preocupações relativamente a esta matéria se agravaram por duas razões: pelo conjunto de festas permanentes e pelo facto de a Câmara Municipal ter uma equipa de vereadores a tempo inteiro e assessores, o que acarreta um custo enorme de apoio político que não tem qualquer reflexo a nível económico. Relembrou que há uns tempos deu algumas sugestões sobre medidas de desenvolvimento, nomeadamente a criação de um Banco de Terras e um Gabinete de Apoio à Agricultura que crie as condições necessárias para captar pessoas com projetos inovadores neste campo, mas, da parte da Câmara Municipal, não viu nada de novo. Prosseguiu dizendo que relativamente à Zona Industrial de Juncais a situação se mantém e chamou a atenção para o estado em que se encontram os jardins e as ruas da vila. Referiu, ainda, que não devem ligar apenas as luminárias de quintas onde tenham interesses, mas, também, de todas as povoações do concelho. A concluir, deixou o apelo para que criem as condições básicas para atrair pessoas e captar investimento. -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Rui Viçoso abordou o tema da exploração de minério no concelho de Fornos de Algodres referindo que, ao que sabe, estão previstas duas concessões e um pedido de prospeção que pensa ter sido aprovado; sabendo como esta situação se processa e tendo conhecimento das guerras entre multinacionais e municípios, solicitou mais preocupação por parte do executivo relativamente a esta questão, acrescentando que não devem permitir que destruam a nossa paisagem, até porque a partir do momento em que haja prospeção, ninguém os detém. Referiu, ainda, que é do conhecimento geral que há minério no concelho, nomeadamente em Maceira, mas também é sabido que o dinheiro que adviria da exploração não ficaria no concelho e, deste modo, concluiu questionando o executivo o que pretende fazer para evitar esta situação. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Luís Ginja referindo que seria um contrassenso estarmos a falar no caso de Maceira, quando o último investimento do Ministério da Energia foi a recuperação de todas as minas dessa freguesia. Relativamente ao reflexo económico tão abordado em assembleias anteriores,

prova disso foi o torneio que se realizou no fim de semana que lotou restaurantes e hotéis, parabenizando o executivo por esta iniciativa. De seguida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se é do seu conhecimento o investimento que pretendem fazer nesta área, numa freguesia do concelho. Relativamente à inauguração da Sala Sensorial, referiu que teve o prazer de estar presente numa iniciativa que considera de enorme valor, congratulando-se por saber que estará ao dispor de toda a comunidade e instituições. Parabenizou o executivo pela conclusão da obra da Estação Elevatória ao serviço da Escola e da população de Fornos, acrescentando que todos os que abordaram essa questão em assembleias anteriores, não tiveram a hombridade de o fazer. Prosseguiu referindo que é do conhecimento geral a enorme pressão a que os autarcas estão sujeitos, nomeadamente a nível da contratualização pública, ao que sabe, a Câmara Municipal dispõe de plataformas para o efeito e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se irá avançar com os concursos públicos para resolver algumas situações que não estão bem definidas, como por exemplo, o caso dos Seguros. A concluir referiu que está orgulhoso da limpeza no concelho, porque o executivo está a esforçar-se para colmatar algumas deficiências nessa área. -----

----- Em resposta à intervenção do membro da assembleia João Carlos Felício, o Sr. Presidente da Câmara referiu que as competências são das Juntas de Freguesia, tendo estas que se pronunciar até final do mês; caso alguma Junta pretenda aceitar as competências, será aberto um período negocial com Câmara, na medida em que será necessário proceder a uma revisão orçamental, uma vez que não há nenhuma rubrica para o efeito. O parecer da ANAFRE vai no sentido de, para já, não aceitarem essas competências. Relativamente ao eixo comercial referiu que o encerramento das lojas o preocupa, mas espera que a reabertura de outras possa dar mais ânimo à rua. Relativamente à intervenção do membro da assembleia Álvaro dos Santos informou que até à data não houve reunião da Associação Nacional de Municípios. -----

----- No concernente à intervenção do membro da assembleia José Aurélio relativamente à Zona Industrial de Juncais, referiu que foi remetida uma candidatura à CCDRC no sentido de esta ser financiada, que consiste na realização de loteamentos de ambos os lados da estrada e, também, a ampliação do loteamento onde está sedeadada a firma Pina & Sérgio. A candidatura exigia manifestações de interesse de empresários que pretendessem investir no concelho, tendo havido algum feedback positivo não só de empresários do concelho, mas também de outras localidades. Relativamente às ruas referiu que têm envidado esforços no sentido de proceder à sua limpeza, dado os escassos recursos de que dispõem, aproveitando para elogiar o trabalho de todas as Juntas de Freguesia neste campo. No que diz respeito às luminárias, esclareceu que os Presidentes de Junta deverão deslocar-se à Câmara Municipal e identificar as luminárias que pretendam ligar. Esclareceu, ainda, que não há qualquer necessidade em manter ligadas as luminárias que servem quintas desabitadas, porque seria um gasto desnecessário, portanto, decidiram adotar o critério da racionalidade. Quanto à questão do Bairro do Ténis referiu que é uma situação preocupante, continuam em negociações com a massa insolvente, mas urge uma decisão antes da chegada do inverno. -----

----- Relativamente à intervenção do membro Rui Viçoso referiu que o licenciamento da prospeção do lítio é da competência da Direção Geral da Energia e que a Câmara irá opor-se a qualquer exploração que ponha em causa o que há de bom no concelho em termos ambientais. Informou, também, que foi criada uma comissão no sentido de demonstrar as suas preocupações relativamente a esta matéria e que foi tomada uma posição no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. De referir, ainda, que no dia dez de julho, o Sr. Vice-Presidente Alexandre Lote e o Sr. Vereador Bruno Costa irão reunir com o Secretário de Estado da Energia e com o Secretário de Estado da Administração Local, no sentido de esclarecer este assunto. A concluir referiu que seria um absurdo a exploração de lítio em Maceira uma vez que a empresa que detém a patente da energia fez a requalificação das antigas minas. -----

----- No que diz respeito à intervenção do membro da assembleia Luís Ginja informou que uma entidade privada irá fazer um investimento no Sobral Pichorro que ronda os três milhões e quinhentos mil euros, que contará com o apoio do Instituto do Turismo e que consiste na construção de um hotel com restauração e parque de campismo. De referir, também, que os preocupou o facto de terem sido retiradas as imagens da capela do Sobral Pichorro, no entanto, tiveram conhecimento que foi para restaurar e que, depois desse procedimento, retomarão à capela. Quanto à Estação Elevatória referiu que apesar de muito esforço conseguiram concluir a obra a qual foi financiada na sua totalidade pela Câmara Municipal e que servirá não só a Escola, mas também o Canil Municipal. -----

----- Passou-se à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: "Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 432 datado de 18 de junho de 2019, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

----- Não havendo inscrições acerca deste ponto, passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: "Proposta de Revisão Orçamental n.º 3/2019", tendo o Sr. Presidente da Câmara destacado um acréscimo na Despesa Global de trezentos mil, novecentos e vinte euros e setenta e sete cêntimos e uma variação na Despesa Corrente que decorre dos seguintes aspetos: -----

Inscrição do Chefe de Gabinete; -----

----- Concurso de fornecimento de refeições escolares para o próximo ano letivo; -----

----- Transportes escolares – as empresas solicitaram o pagamento do défice de exploração, recusando-se a fazer o transporte caso esse valor não seja regularizado. No entanto, a Câmara entendeu devolver as faturas e pedir um parecer à Comunidade Intermunicipal no sentido de saber se deve ou não pagar e, nessa medida, é necessário acautelar essa quantia; -----

Estudos, pareceres, projetos e consultadoria, relacionado com uma candidatura ao Fundo Ambiental que será comparticipada em 85%; -----

----- Outros trabalhos especializados – foi um ano muito chuvoso, o que originou um aumento do caudal que abastece a ETAR e, que, conseqüentemente, se refletirá na fatura do mês seguinte, tornando-se

necessário acautelar esse valor. -----

----- A concluir, referiu que a Despesa de Capital sofreu uma alteração de reforço e que a Regra de Equilíbrio Orçamental foi cumprida. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a alínea b) e a alínea c) estão estritamente relacionadas e, por conseguinte, os senhores membros da assembleia poderão intervir acerca das duas em simultâneo, caso assim o desejem, apesar da votação ser feita em separado. -----

Não havendo inscrições acerca destes pontos, O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea b) à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. De seguida, colocou a alínea c) à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se à alínea d) da Ordem do Dia: "Proposta de ratificação da nomeação de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A. como Auditor Externo do Município de Fornos de Algodres." -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente a esta matéria houve um erro que ele assume, como dirigente máximo da entidade que representa, uma vez que foi iniciado procedimento contratual para designação do auditor externo sem previamente a Assembleia Municipal se ter pronunciado e, nessa medida, é necessário ratificar todo o processo; disse ainda que não há incompatibilidade relativamente a possíveis clientes dos quais a Câmara Municipal possa também ser associada. -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia José Aurélio referiu que a Bancada do PSD tinha preparado uma moção para apresentar relativamente a este assunto, todavia, face à declaração apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara e à humildade com que o fez, não só não irão apresentá-la, como também não irão votar contra, apesar de haver uma incorreção na contratação. A concluir referiu que se a Câmara Municipal tem um jurista, é desnecessário gastar dinheiro com outros juristas. -----

----- Interveio o membro da assembleia Cristina Guerra, exprimindo a opinião de que, no tocante a este assunto, o Sr. Presidente da Câmara é quem menos responsabilidade tem na medida em que o contrato também foi assinado pelo Revisor Oficial de Contas; quem faz a revisão de contas deverá fazê-lo imparcialmente, dentro da legalidade e nunca por ajuste direto e, deste modo, colocam-se as questões: "Qual a credibilidade das contas, quando feitas por um auditor que se esquece que o contrato tem de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal?"; "Não irá preferir, também, no futuro, alguma formalidade legal?" Prosseguiu referindo que, por achar que o Sr. Presidente da Câmara não tem culpa nesta questão, se recusará a participar na votação deste ponto, ausentando-se de imediato da sala. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea d) à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria, com seis abstenções da Bancada do PSD. -----

----- Antes de se dar início à discussão de outro ponto e, uma vez que teria de ausentar-se antecipadamente da sessão, o membro da assembleia José Aurélio requereu o uso da palavra para solicitar ao executivo que envidasse esforços no sentido de reabrir o posto dos CTT. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que reuniu com o Sr. Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno

Santos, com o intuito de mostrar a sua indignação relativamente ao encerramento dos Correios, tendo este falado com a administração dos CTT; foi criada uma Comissão Parlamentar no sentido de resolver esta questão, tendo o Sr. Presidente da Administração dos CTT referido que iriam reabrir todos os postos que encerraram. -----

----- Passou-se à alínea e) da Ordem do Dia: "Deliberação ao abrigo da Lei n.º21/2019, de 30 de janeiro de 2019", tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que houve uma comunicação do Secretário de Estado da Administração Local, segundo a qual, a Câmara Municipal teria de se pronunciar até setembro de 2019 relativamente à competência no domínio da educação de 2020; posteriormente a DGAL esclareceu que caso aceitassem esta competência, esta produziria efeitos a partir do ano letivo de setembro de 2019 e, nessa medida, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres em reunião de câmara, deliberou não aceitar a competência uma vez que não reúne todas as condições, nomeadamente em termos de informação. ---

----- Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia Artur Oliveira começando por referir que quando há uma boa relação entre as duas instituições – Câmara e Agrupamento de Escolas – as coisas funcionam bem, tendo a Câmara Municipal um papel decisivo na inauguração da sala sensorial, que já recebeu visitantes de outros concelhos e estará disponível a toda a comunidade. Relativamente a este ponto o seu voto será no sentido da abstenção, acrescentando que a escola só teria a ganhar com a transferência da gestão dos espaços para o Município. No entanto, reconhece que o orçamento está deflacionado e que o Ministério da Educação não contempla determinadas situações. Assim sendo, compreende o sentido de voto do executivo relativamente a esta matéria. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Manuel Gonçalves congratulando-se com a tomada de posição do executivo relativamente a esta matéria, na medida em que se trata de um processo demasiado complexo que não pode ser decidido de ânimo leve; o problema que se coloca para além da gigantesca tarefa que os Municípios que aceitarem esta competência terão, será o da vertente humana, uma vez que, se em relação aos assistentes operacionais o conteúdo funcional está perfeitamente definido, o mesmo não acontece em relação aos assistentes técnicos, cujo trabalho passará a ser efetuado pelos funcionários da Câmara Municipal. -----

----- Interveio o membro da assembleia Cristina Guerra referindo que concorda com o que ali foi dito em relação a este assunto, reconhecendo de muito bom senso a tomada de posição do executivo em reunião de câmara e, nessa medida, votará em consonância. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação tendo a Assembleia aprovado a não aceitação da transferência de competências no âmbito da Educação, por maioria, com uma abstenção da Bancada do PSD. -----

----- Passou-se ao ponto três da Ordem de Trabalhos: "Outros Assuntos de Interesse Para o Concelho".

----- Interveio o membro da assembleia Artur Oliveira chamando a atenção para a questão da limpeza na Zona Sul, uma vez que a mesma foi feita pelos proprietários de algumas vivendas, a expensas próprias; referiu, também, que na zona circundante à Escola Básica e Secundária há uma área que constitui um

perigo em caso de incêndio, na medida em que o mato que se encontra junto à vedação já passa de um metro. -----

----- Prosseguiu dizendo que a Câmara Municipal deverá captar investimento, dinamizando o interesse pelo nosso concelho, à semelhança do evento realizado no passado fim de semana. -----

----- De seguida elogiou o esforço da Câmara Municipal no transporte dos alunos de outros concelhos, na medida em que constitui, também, uma medida de desenvolvimento para o nosso concelho. Ainda relativamente a este assunto, informou que foi solicitado um parecer no sentido de as aulas começarem mais cedo por forma a viabilizar um pedido dos Encarregados de Educação, de modo a proporcionar intervalos entre os blocos. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Rui Viçoso referindo que num passado recente, a competência para a exploração de minério era do Ministério da Economia, passando, posteriormente, para o Ministério do Ambiente; ao que sabe, já estão definidos dois blocos de exploração que começam no Furtado e se estendem para a zona norte até ao limite do concelho e, uma vez que vão reunir com o Sr. Ministro, e dada a gravidade da situação, seria muito importante dar-lhe a conhecer a nossa posição relativamente a esta matéria, a qual, na sua opinião, deveria ser tomada em Reunião de Câmara e reforçada através de votação em Assembleia Municipal, ou através do n.º1 do artigo 6 do Decreto-Lei 88/90 de 16 de março. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Cristina Guerra referindo que o poder central nunca olhou verdadeiramente para o interior do país, independentemente do partido político que esteja no governo e, nessa medida, apesar de o executivo ter feito um excelente trabalho nalgumas áreas, ainda poderá fazer melhor, nomeadamente na tentativa de captar investimento para o concelho. -----

Relativamente às fossas elevatórias referiu que foi um assunto abordado por si em quase todas as sessões da Assembleia Municipal e nem por isso o mesmo foi resolvido, mas porque era um caso extremamente grave de saúde pública, o executivo decidiu resolvê-lo com vinte e sete anos de atraso, não achando, por isso, que deva parabenizar alguém. -----

----- Em relação ao Youth Cup realizado no fim de semana, parabenizou as pessoas diretamente envolvidas na organização do evento, nomeadamente a sociedade civil que soube acolher. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que concorda com o membro da assembleia Artur Oliveira no que toca à limpeza, louvando a atitude de cidadania dos habitantes da Zona Sul e acrescentando que, logo que haja recursos, resolverão essa questão; relativamente ao mato que circunda a escola referiu que não se trata apenas de uma questão de limpeza mas também de segurança e, como tal, essa situação terá de ser rapidamente resolvida. -----

----- No concernente à captação de investimento, até ao presente não dispunham de um espaço para disponibilizar a quem quisesse investir no concelho, mas com a criação da Zona Industrial de Juncas poderão colocar lotes ao dispor dos empresários que aqui se queiram fixar. -----

----- Quanto à possibilidade de haver prospeção assumiu o compromisso de manter este processo o mais transparente possível e o executivo não tomará qualquer decisão sem antes consultar a oposição. --

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia Cristina Guerra referiu que a Câmara Municipal terá de adotar critérios na seleção dos investimentos, nomeadamente os que não impliquem a criação de postos de trabalho, na medida em que o investimento que a Câmara está a fazer não tem qualquer tipo de retorno, e, por isso, quando a candidatura for aprovada, o Regulamento terá de ser vantajoso para o concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes. Depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia referiu que no interregno das duas Assembleias Municipais decorreu uma Assembleia Municipal da Juventude que decorreu de uma maneira democrática e ordeira e com a qual ficou muito agradado. -----

----- Não havendo intervenções por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente 

O Primeiro Secretário 

O Segundo Secretário 